

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto



**Relatório de Actividades
e Contas 2013**

Índice:

Introdução	3
I. Relações Institucionais	4
Órgãos do Poder Central (CNES e CND)	4
Órgãos do Poder Local	5
Estruturas, movimento e plataformas cívicas e sociais	5
II. Estruturação Associativa	6
Novas associações/Novas filiadas	6
Reforço da estrutura associativa	7
Funcionamento dos Órgãos Sociais	8
III. Projectos	
Espaços Museus Associativos - EMA (Lisboa/Setúbal/Santarém).....	8
Desporto para todos	8
A Brincar, vamos Associar!	9
IV. Formação e Qualificação	9
Qualificar o Terceiro Sector - Projector Q3 - 3º Edição.....	9
Formação protocolada com Autarquias.....	10
Formação modular	11
Estágios Curriculares e Profissionais.....	11
Projectos Transnacionais - Q3 eu.....	11
V. Comunicação, Informação e Imagem	12
Página (sitio) na internet.....	12
Folha informativa digital	12
Redes Sociais	12
Comunicação Social.....	13
Logos e Marcas.....	13
Deliberações internas.....	13
VI. Estudos e Publicações	13
Conta Satélite da Economia Social.....	13
Livro Liderança Associativa.....	13
Constituição do GEMAP.....	14
Estudo sobre o Valor Económico do Associativismo no Concelho do Seixal	14
VII. Dia Nacional das Colectividades - 89º Aniversário	14
Comemorações Descentralizadas.....	14
Comemorações Nacionais	15
VIII. Sustentabilidade Financeira	15
Estrutura de receitas e despesas	15
Campanha especial de regularização para o Congresso.....	16
Receitas dos Projectos e serviços estatutários.....	16
Medidas de contenção de despesas.....	16
IX. Serviços Técnicos e Administrativos	16
Organização interna, recursos humanos e técnicos	17
Área de Estatística	18
Área Jurídica.....	18
Área da Gestão Contabilidade e Fiscalidade.....	18
Convite e Representações.....	19
Galardões e Distinções.....	19
X. Relações Internacionais	20
XI. Processo	20
Auscultação colectiva e digital.....	21
Congresso eleitoral.....	21
Nota Final	21

Introdução

Como era previsível, o ano de 2013 foi de crescentes dificuldades para o nosso país em geral e para o movimento associativo em particular. Após ano e meio de dificuldades e de contenções várias (Julho 2011/Dezembro 2012), o ano passado aprofundou as dificuldades e gerou mais assimetrias sociais, mais desemprego, mais frustração e mais desânimo. As nossas colectividades, preparadas para oferecer cultura, recreio e desporto, viram-se pressionadas a dar apoio social ao ponto de isentar serviços e actividades associativas, dar sopa e pão a crianças carenciadas, abrir os balneários a famílias de associados que, por estar desempregadas ou lhe terem reduzido a reforma ficaram sem água, luz ou gás.

Os principais parceiros do movimento associativo - autarquias - viram as suas receitas provenientes do OE reduzidas e por força da recessão económica, as receitas próprias baixarem. Muitas não puderam fazer novos contratos-programa e outras não conseguiram pagar os atrasados. O processo de fusão/extinção de freguesias veio aprofundar a distância entre eleitores e eleitos com sérios prejuízos para a população. As empresas privadas, quase sempre pequenas ou médias, resultado da baixa do consumo interno, não puderam apoiar o associativismo com as habituais receitas de publicidade ou dádivas em géneros.

As famílias, apertadas com o aumento do custo de vida e com a instabilidade financeira, reduziram a frequência às actividades associativas das crianças, adultos e idosos. Muitos nem a quota associativa de cinquenta cêntimos ou de um euro por mês puderam pagar. Ao mesmo tempo, os custos de funcionamento das colectividades dispararam na água, electricidade, combustíveis, gás, portagens, rendas ou IMIs. As pressões das Finanças (AT), da IGAC, do IPDJ, da ASAE, da SPA, intensificaram-se aumentando as dificuldades aos dirigentes associativos voluntários e benévolos.

Foi neste complexo quadro económico, financeiro e social que desenvolvemos a nossa actividade associativa. Assumimos responsabilidades nos órgãos de aconselhamento competentes, apresentando propostas alternativas, preparámos as eleições e sentimos a mesma vontade e determinação de muitos colegas que partilham a paixão do associativismo. Homens, mulheres, jovens, mostraram disponibilidade para enfrentar as dificuldades de ser dirigente associativo. Renovámos e rejuvenescemos os nossos órgãos sociais e definimos objectivos de curto, médio e longo prazo.

Terminámos o ano de 2013 da melhor maneira com um Conselho Nacional dos mais participados de sempre (148 presenças) onde para além de se apreciarem e votarem importantes instrumentos de trabalho associativo, foi feita a apresentação do projecto "A brincar, vamos associar", distinguimos as nossas funcionárias e foi feita uma retrospectiva dos últimos 20 anos de vida associativa com a participação de alguns dos colegas que estiveram na organização do Congresso da Mudança em Almada (1993). O Presidente da Câmara de Almada, Dr. Joaquim Judas manifestou a solidariedade activa ao nosso movimento e disponibilizou a ajuda da câmara para o que fosse necessário.

O associativismo tem a sensibilidade e a proximidade com a realidade social que lhe permite ver que sozinho não pode "mudar o Mundo" mas com outros movimentos cívicos e sociais e com uma maior exigência junto do Governo, é possível construir uma alternativa e uma sociedade mais justa, mais solidária e mais fraterna. A capacidade de regeneração do MAP é enorme. No fundo, nós dirigentes associativos, temos algo que nos distingue de muitas outras pessoas: temos um projecto de vida e de sociedade, temos causas e princípios, temos valores e determinação. Por isso vamos continuar!

I. Relações Institucionais

As relações institucionais da Confederação com entidades públicas e privadas, acentuaram-se ao longo do ano de 2013. Desde logo por via da inclusão da Confederação nos Plano Nacional para a Ética no Desporto (PNED), Conselho Nacional do Desporto (CND) e Conselho Nacional da Economia Social (CNES) no que respeita ao relacionamento com o Governo, com as Freguesias e Municípios no que respeita ao Poder Local, mas também junto de entidades como a Confederação Portuguesa do Voluntariado, Confederação do Desporto de Portugal e Comité Olímpico de Portugal. No fundamental, a imagem da Confederação saiu reforçada e reconhecida. O espaço de intervenção político-associativa diversifica-se e os resultados terão que aparecer. Contudo, não podemos criar a ilusão que os nossos problemas serão todos resolvidos por esta via. As relações institucionais com movimentos e plataformas cívicas, reforçam a visibilidade do associativismo e contribuem para uma maior democracia participada.

Órgãos do Poder Central (CNES e CND)

Com as participações nos Conselhos Nacionais do Desporto (CND) e da Economia Social (CNES), abriram-se novas frentes e novas responsabilidades para a Confederação. A tomada de posse no CNES a 28 de Dezembro de 2012, na presença do primeiro-ministro, permitiu desde logo colocarmos um conjunto de problemas que mereceram a atenção do Governo e mesmo algumas medidas imediatas como foi o caso da Facturação Electrónica, lei das rendas e a forma de aplicação às colectividades. No que respeita ao CND, a tomada de posse que decorreu a 28 de Março de 2013, permitiu também que colocássemos um conjunto de preocupações que foram anotadas pelo então Secretário de Estado. Em qualquer dos casos, apresentámos sempre propostas de solução para os problemas sentidos.

Ao longo do ano de 2013, fomos chamados a participar em 7 reuniões do CND e 6 do CNES. Nestes fóruns, podemos dar a conhecer o que é o MAP, aumentando assim a visibilidade e potencialidade do nosso movimento, podemos ficar a conhecer melhor as restantes famílias associativas, culturais, recreativas e desportivas, podemos abordar de forma ampla ou bilateral aspectos comuns e, sobretudo, marcámos a nossa posição quanto às políticas públicas e à interacção destas com as entidades privadas sem fins lucrativos.

No âmbito do CNES, foram constituídos grupos de trabalho específicos para preparar propostas de regulamentação da Lei de Bases da Economia Social (LBES) onde apresentámos um conjunto de alterações legislativas que aguardam resposta do Governo. No plano do grupo de trabalho para a elaboração das fichas de candidatura aos fundos comunitários 2014/2020, no âmbito da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) participámos regularmente e contribuímos para algumas áreas específicas das quais se destacam:

(Ficha 4) Promoção de Iniciativas de Voluntariado e Associativismo para as Regiões do Norte, Centro e Alentejo; instrumento de reconhecimento e promoção do voluntariado como forma de participação e de cidadania activa junto das comunidades. Através do reforço dos valores da solidariedade e da cooperação, inerentes ao movimento associativo, esta Medida potencia o aumento da consciência social e promove a inserção social dos cidadãos, reconhecendo o papel das organizações da economia social na resposta às necessidades sociais, económicas, culturais, ambientais e territoriais. Neste sentido, a Medida valoriza o papel do voluntário na dinâmica social da organização e simultaneamente a actividade

desenvolvida pelas entidades de economia social (distinções de prestígio) nestas Regiões elegíveis, potenciando, assim, uma cultura de coesão social.

(Ficha 7) Implementação de Parcerias Académico-Institucionais para Estudo/Investigação da Economia Social que visa o apoio ao desenvolvimento de estudos e investigação nas Regiões do Norte, Centro e Alentejo, que promovam o conhecimento e a divulgação de novos contributos para o setor da economia social. Visa potenciar o trabalho de parceria entre as organizações do setor da economia social e/ou as instituições académicas, de aliar o conhecimento teórico às práticas das organizações, através da articulação entre o sistema científico e as organizações que compõem a economia social. Com o objectivo de conhecimento da realidade e evolução do setor da economia social local e regional, privilegia a utilização de novas metodologias de pesquisa, a constituição das parcerias e a previsão de resultados e impactos, pretende-se o desenvolvimento de produção científica específica do setor, através da atribuição de bolsas de doutoramento. Para efeitos de operacionalização, divulgação e disseminação dos diferentes produtos resultantes da presente Medida está prevista a edição de uma publicação periódica.

(Ficha 9) Via Social que visa fomentar a criação e a manutenção de emprego pelas organizações da economia social nas Regiões do Norte, Centro e Alentejo, através de uma diferenciação positiva dos regimes fiscal e de segurança social, dando resposta, de forma integrada, às diferentes necessidades através da diminuição dos custos administrativos e do trabalho, potenciando o seu reconhecido papel de resposta às necessidades económico-sociais e de criação de emprego em quatro vertentes: a) reembolso das contribuições obrigatórias para a segurança social; b) reembolso dos custos administrativos de constituição, de registo de pessoas colectivas e de registo comercial para as organizações da economia social; c) reembolso dos custos de emissão da certidão de registo criminal para dirigentes, voluntários e membros dos órgãos sociais das organizações da economia social; d) reembolso do diferencial entre o valor corrente das rendas, relativas à utilização e manutenção de espaços-sede por parte de Organizações de Economia Social, e o valor anterior à aplicação da Nova Lei das Rendas (Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto), num valor máximo definido, pelo período de 12 meses.

Ainda no âmbito do CNES participámos no Congresso Internacional da Economia Social realizado em Cascais a 29 Junho 2013 onde podemos deixar clara a nossa posição quanto ao modelo social existente em Portugal e as propostas para um novo paradigma social.

Órgãos do Poder Local

Ao longo do ano 2013 acompanhámos de forma solidária e activa a luta das Freguesias contra o ignóbil processo da fusão/extinção, tendo feito parte da Plataforma em Defesa das Freguesias na expectativa que, logo que possível se regressasse ao modelo que as populações e os eleitos locais construíram ao longo da vida.

Estruturas, movimento e plataformas cívicas e sociais

Conforme previsto nos Estatutos e no Plano de Actividades 2013 e após decisão da Direcção, integrámos os movimentos sociais com objectivos comuns ao MAP, participando em acções públicas de:

- Comemorações Populares do 25 Abril integrando o Desfile Comemorativo com uma delegação composta por Dirigentes e outros activistas.

- Campanha em Defesa da Água sob gestão pública.
- Defesa da Paz e da Cooperação entre os povos.
- Defesa da Constituição da República do presente.
- Defesa de 1% para a Cultura.
- Dia Mundial do Coração em parceria com a Fundação Portuguesa de Cardiologia.
- Contra a nova Lei das Rendas em conjunto com a Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL) e da Associação dos Inquilinos do Norte de Portugal (AINP).
- Vigília em defesa dos direitos das pessoas com deficiência promovida pela Associação Portuguesa de Deficientes (APD).
- Fóruns sobre o tema "Como comemorar os 40 anos do 25 de Abril" numa parceria com a Apgico e Associação 25 de Abril, durante o último trimestre em Lisboa, Viana do Castelo, Rio Maior, Faro, e Funchal com cerca de 250 participantes no total.

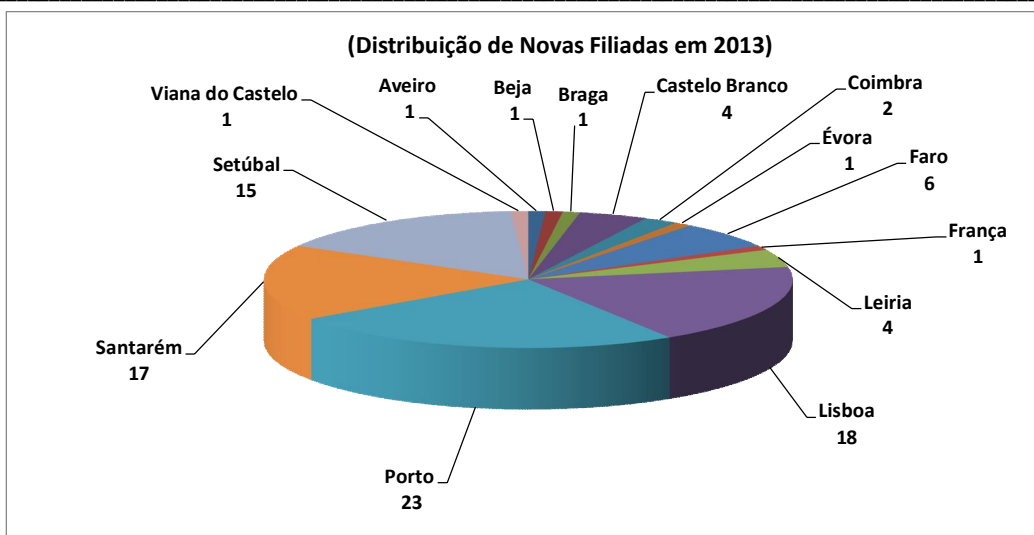
II. Estruturação Associativa

Em cada ano que passa, continuam a constituir-se associações e colectividades por todo o país como resposta da sociedade civil à falta de soluções governativas e aos elevados custos das alternativas privadas com fins lucrativos. Os cidadãos já perceberam que o associativismo é uma alternativa intermédia entre o Estado e cada um por si. Esta tendência mostra que o associativismo não chegou ao fim, apenas está a tomar novas formas para enfrentar novos desafios. Por seu lado, todos os órgãos sociais da Confederação mantiveram um funcionamento regular dentro das normas estatutárias e e regimentais.

Novas associações/Novas Filiadas

No ano de 2013, com formas diversificadas e assimétricas, foi possível desenvolver o processo de novas filiadas e reforçar a estrutura confederativa existente. No que respeita a filiações, ficámos aquém do desejado mas foi possível manter uma atenção permanente sobre o portal do Ministério da Justiça, onde são publicados ou anúncios oficiais de novas associações que, através dos serviços, convidámos a filiar-se na nossa Confederação enviando a cada nova Associação com e-mail o convite para filiação, acompanhado da relação dos benefícios das associadas e os impressos para inscrição. Constatámos terem sido criadas durante o ano 285 novas Associações que estatutariamente têm como objectivo a Cultura, Recreio e Desporto. Solicitámos parecer às estruturas sempre que se justificou.

Correspondendo aos contactos estabelecidos pelos serviços e algumas Estruturas, ou em alguns casos por iniciativa própria, durante o ano 2013 filaram-se 95 novas Associações. Refira-se que não foram aceites vários processos de candidatura à filiação por não se identificarem estatutariamente com o MAP.



Reforço da estrutura associativa

Relativamente ao desempenho das Estruturas Confederativas - Federações Distritais e Associações Concelhias - deram-se passos significativos no seu reforço, tendo em conta o princípio da autonomia e da cooperação activa. Em relação ao distrito de Setúbal realizámos inúmeras visitas em contexto de sessões de aniversário e outras festas e convívios (como por exemplo, de Natal e de Ano Novo) e, nestes eventos e momentos, trocámos informações e experiências, ponderámos sobre acontecimentos e outras situações que sucedem nas nossas Filiadas e que dificultam a gestão corrente destas Instituições. De entre várias sessões de aniversários emblemáticas - como o são os 50, os 75 e os 100 anos, esteve a CPCCRD presente também em festas e sessões de Filiadas mais novas e que são igual e naturalmente relevantes para a dinâmica de cultura, de recreio e de desporto locais e na comunidade envolvente - seja escolar, seja sénior, seja para Homens e Mulheres em idade adulta e activa. A Direcção da Confederação acompanhou as estruturas descentralizadas de Setúbal (Federação e as 3 Concelhias - Almada, Barreiro e Seixal) em momentos de convívio e lazer e também em reuniões próprias e em sessões e eventos públicos - p. ex., Encontro de Dirigentes e Jogos Tradicionais, entre outros.

No seguimento da decisão de constituir a Comissão Instaladora da Federação das Colectividades do Algarve (FCA) em 13 de Outubro de 2012, que contou com o apoio da Direcção da Confederação, no ano de 2013 os membros da Comissão Instaladora mantiveram contacto no âmbito da actividade associativa, mas diversas dificuldades burocráticas, sentidas para o registo da FCA, levaram ao atraso na formalização do processo, que ainda está por concluir. No entanto decorreu já em Novembro de 2013 uma primeira iniciativa promovida pela CPCCRD e dinamizada pela FCA no âmbito das Mostras de Jogos Tradicionais e que contou com a colaboração da Casa do Povo do Concelho de Olhão e do Futebol Clube de Bias (Olhão).

Aproveitando o desenvolvimento do Q3 no norte, foi feito acompanhamento e abertura da Associação Elo em Barcelos (C.C.O.B.), palestra com associações em Vila Real na Sede da centenária, abertura de conversações em Valpaços e Vila Nova de Famalicão e Guimarães, abrindo-se assim boas perspectivas para o reforço da estrutura associativa em Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança. Nesta ultima, aguardamos desenvolvimentos da Associação dos Caminhos de S. Tiago.

Funcionamento dos Órgãos Sociais

A Direcção da Confederação reuniu 37 vezes, das quais 26 em direcção Executiva e 11 em Direcção Nacional: A Direcção reuniu 1 vezes com o Conselho Fiscal. O Conselho Nacional reuniu 2 vezes, a 2 Março 2013 em Sintra e 7 Dezembro 2013 em Almada.

III. Projectos

Considera-se como função essencial da nossa Confederação, o diagnóstico financeiro e social do nosso movimento e, como tal, a apresentação de soluções. Os projectos são fundamentais para dinamizar a vida associativa das filiadas e para a sustentabilidade financeira da Confederação. Temos pugnado por encontrar parceiros que, de forma logística, técnica ou financeira, possam colaborar nestes projectos. Muitas das nossas filiadas têm beneficiado destes projectos e assim deverá continuar a ser. Algumas Estruturas já perceberam a importância de se associar à Direcção da Confederação na implementação destes projectos no terreno o que constitui uma mais-valia para o associativismo. Dos projectos previstos para 2013, o PEJADA, o Mais Futuro/F3m e o Rotas do Associativismo, não tiveram desenvolvimentos por falta de capacidade organizativa e directiva.

Espaços Museus Associativos – EMA (Lisboa/Setúbal/Santarém)

O projecto EMA teve início no ano 2013, tendo a fase de divulgação, pré selecção e visitas/diagnóstico decorrido durante o primeiro semestre. A formação do projecto EMA, estruturado em 3 acções de 3 módulos cada, teve o seu arranque em Setembro e continuará até meados de Março 2014. Envolveu 3 instituições formadoras (CPCCRD, FCG e DGLAB/AN Torre do Tombo); 3 acções com 3 módulos cada acção. Inscreveram-se 12 Filiadas com 34 Dirigentes e ainda as Federações de Santarém, Setúbal e ACC do Barreiro. O projecto é acompanhado por duas técnicas qualificadas que têm acompanhado a formação.

Nas sessões efectuadas durante o ano de 2013, atingiu-se o volume total de 203 horas, tendo estado envolvidas 3 filiadas e 14 formandos. Destes, 9 foram inscritos pelas Federações de Setúbal (3) e Santarém (6). Para além dos apoios técnicos de formação especializada da Fundação Gulbenkian e da Torre do Tombo, este projecto conta com o apoio financeiro da Fundação Montepio Geral

Desporto para todos

O conceito "Desporto para Todos" no caso da nossa Confederação, abrange duas áreas muito concretas: Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se! e Jogos Tradicionais. No ano de 2013, o projecto Agita decorreu dentro do habitual com as Secções de Caminhada a desenvolverem actividades por todo o país, tendo entrado na rotina das associações e colectividades e sido assumido pelas comunidades como um importante meio na prevenção de riscos para a saúde. Muitas autarquias aderiram à ideia, havendo hoje muitas parcerias entre estas e as colectividades.

No que respeita aos Jogos Tradicionais, após as experiências levadas a cabo nos últimos 6 anos, foi finalmente reconhecido pelo Governo, a importância e o papel da Confederação nesta área.

Através de uma candidatura apresentado em Dezembro de 2012 ao IPDJ e assinado em formato de Contrato-programa em Novembro de 2013, foi possível desenvolver um conjunto de iniciativas com 9 estruturas descentralizadas que no seu conjunto mobilizaram mais de 1.685

participantes, foram distribuídos 9 kits de Jogos, recolhidos e adquiridos 50 livros e trabalhos académicos especializados. Foi ainda apresentada uma candidatura à TAFISA/União Europeia conjuntamente com outros 7 países, tendo a mesma sido aprovada. Este projecto, terá o seu desenvolvimento entre Janeiro 2014 e Junho 2015.

A Brincar, Vamos Associar!

Tendo partido de um desafio da Fundação Montepio, no ano de 2013 demos o grande impulso a este projecto. Com texto original do Presidente da Mesa Congresso Dr. Barbosa da Costa, ilustrações de José Ruy e grafismo do Carlos Galvão, concluímos o projecto no que respeita à elaboração e concepção, tendo o mesmo sido apresentado ao Conselho Nacional a 7 de Dezembro de 2013 em Almada. A apresentação pública nacional está prevista para o primeiro trimestre de 2014, seguindo-se a sua disseminação por todo o país onde voluntários do Montepio e da Confederação, farão a sua apresentação e distribuição junto das crianças por todo o país e estrangeiro.

IV. Formação e Qualificação:

A formação associativa, sob o lema "Formar e Qualificar para melhor Dirigir" assumiu representação mais considerável com maior apropriação enquanto componente da vida associativa, cívica, pessoal e profissional. A Formação e Qualificação de Dirigentes e Activistas Associativos e de técnicos ligados à Economia Social continuou a merecer da parte da CPCCRD um interesse privilegiado assumindo o valor estruturante para uma intervenção mais eficaz e eficiente tendo atingido entre consultoria e formação cerca de 26.000 horas.

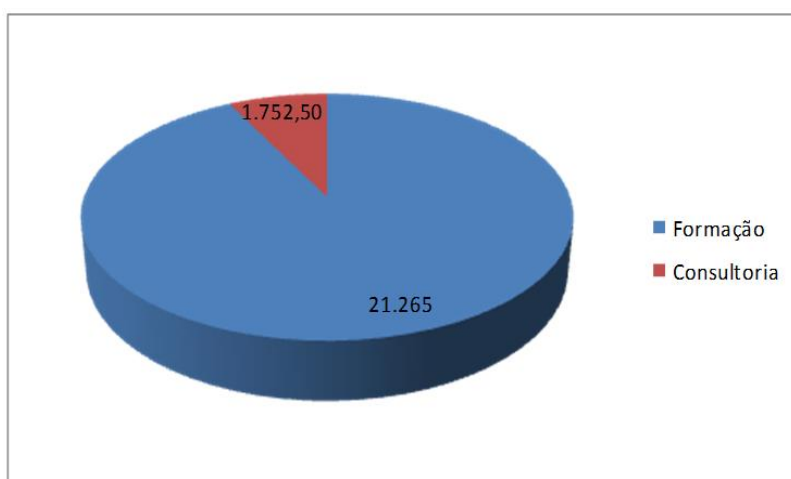
Procurámos melhorar o Plano Nacional de Formação e Qualificação Associativa (PNFQA), alargando as dimensões de intervenção, com diferentes níveis. O enfoque na sua consolidação definiu prioridades no domínio da Formação Geral Associativa. Consolidámos a relação com os municípios e com estruturas com Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDSs). A formação Q3 revela-se como a mais importante no que respeita às relações em parceria, ao volume de formação e de recursos humanos e financeiros envolvidos. Apesar de existir um Protocolo de Cooperação para a Formação e Qualificação de Dirigentes com a Academia das Colectividades do Distrito do Porto, ainda não foi possível estabelecer um programa concreto de formação.

Qualificar o Terceiro Sector - Projecto Q3 - 3ª Edição

Foram aprovadas as quatro candidaturas ao POPH, também enquadradas na Parceria Q3 à medida 3.1.2. para as regiões Alentejo, Centro e Norte e à medida 8.2.1 para a região do Algarve todas aprovadas. Tiveram início em 3 Janeiro 2013 e deveriam terminar em 30 Junho 2014. Existe, no entanto, a necessidade de apresentar um Plano de Alteração, com vista entre outros aspectos à prorrogação de prazo o que deve materializar uma prorrogação até 30 Setembro 2014 mas sem acréscimo financeiro. Esta candidatura está a permitir intervencionar 32 entidades, uma média de 8 por região, apesar de, em candidatura, estarem previstas 28.

No contexto do Q3, 3ª edição, e por região, desenvolvemos os seguintes volumes de formação e horas de consultoria, até 31 de Dezembro:

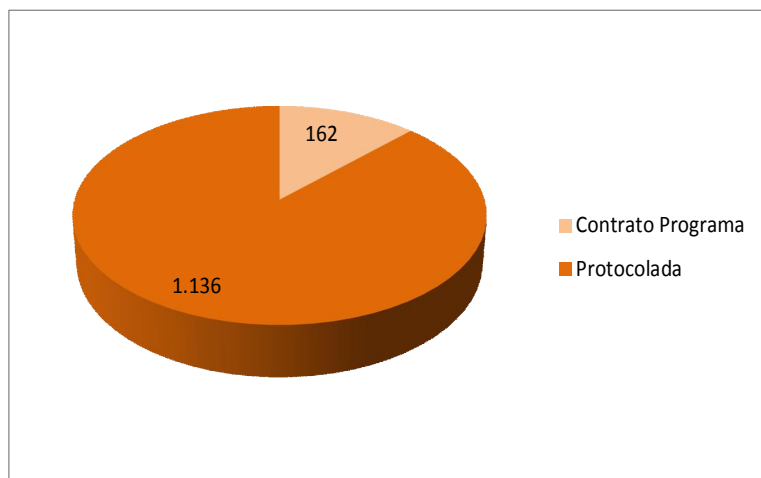
	Q3-3ª EDIÇÃO				
Regiões	Algarve	Alentejo	Centro	Norte	Total
Formação	3859,5	8005,5	5963,5	3436,5	21265
Consultoria	411,5	518	478,5	344,5	1752,5
	4271	8523,5	6442	3781	23017,5



Formação protocolada com Autarquias

Demos sequência à dinâmica dos protocolos com autarquias e estruturas, alargando os conteúdos de oferta, adaptados às necessidades emergentes e manifestas, mantendo o modelo de seminário formativo (8 horas) como moda mas com configuração de ações à medida. Conseguimos aumentar tanto o volume de formação protocolada certificada, como formação interna, num volume total de 1.136 horas, que materializa um acréscimo de cerca de 26%, não obstante a cessação de alguns protocolos com as Câmaras de Pedrógão Grande, Almodôvar, Celorico da Beira, Vila Nova de Famalicão, Lamego e Mira.

Realçamos os resultados do Contrato Programa, em regime de co-organização, com a Câmara Municipal de Lisboa, que contou com o apoio da Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa, quer na cedência de instalações, quer na inscrição de vários formandos que, no total, atingiu um volume de 162 horas. Esta acção foi dirigida especialmente a Dirigentes Associativos Desportivos da cidade de Lisboa o que obrigou à elaboração de módulos especiais e direccionados para esta temática.

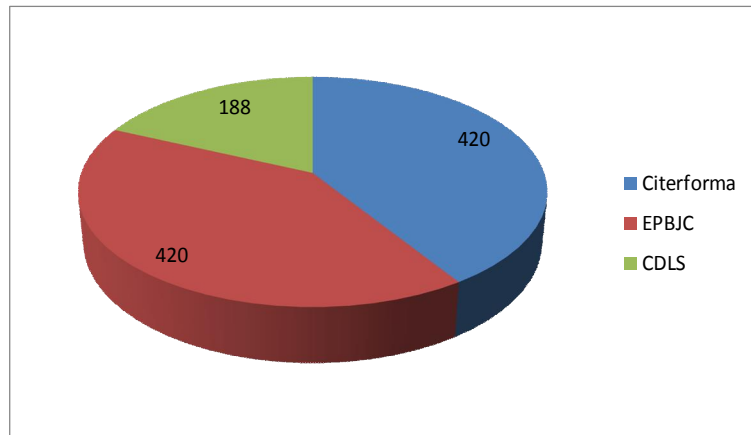


Formação modular

Para um resultado satisfatório em termos de volume de formação contribuiu, de novo, o desenvolvimento de um protocolo, pontual, com o Contrato Local de Desenvolvimento Social de Ponte de Sor com um volume de 188 horas de formação (20 formandos x 7 horas de formação mais 8 formandos x 3 horas x 2 dias).

Estágios Curriculares e Profissionais

Continuámos a acolher estagiários/as da Citeforma (2x420h) e da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (2x420h) o que materializou um total de (840 Horas).



Mantivemos o protocolo para a área da formação com o INOVINTER que permite responder a necessidades formativas em zonas que não estejam abrangidas pelo QREN. Não obstante a divulgação da oferta ter sido disseminada por todas as filiadas e estruturas, não se registaram pedidos de formação por esta via.

Projectos Transnacionais - Q3 EU.

Terminámos o Projecto Q3. E.U., de natureza transnacional, que permitiu replicar algumas das nossas práticas e afirmar a importância da CPCCRD na Economia Social (ES). Foi encerrado com um Workshop aberto em 24 Junho 2013, realizado na CASES, no qual participaram convidados ligados à Economia Social, nomeadamente o Dr. Eduardo Graça presidente da CASES e os

presidentes da CPCCRD e da Fenacerci. Estiveram presentes, todas, as entidades parceiras nacionais (AEP, CPCCRD, FENACERCI, IEBA, In Loco, Minha Terra e UTAD) e internacionais provenientes da Alemanha, Chipre e Itália. No âmbito desta parceria, enquadrado nas actividades culturais e de convívio associativo, foram realizados dois jantares: Casa do Alentejo e Grupo Sportivo Adicense, ambas nossas confederadas.

V. Comunicação, Informação e Imagem

Com a convicção da importância desta área para o conhecimento do trabalho da Confederação para a articulação e coesão das acções do MAP a nível nacional, assegurámos as várias formas de comunicação ao nosso alcance, através da constante comunicação com os membros dos Órgãos Sociais, Estruturas Descentralizadas e Filiadas e entidades externas ao MAP, por via de E-mails, Serviço de Mensagens, Telefone e Fax. O facto de 40% das nossas filiadas ainda não possuírem correio electrónico, obrigamos à redução dos contactos com essas filiadas, por motivo de custos, o que lamentamos.

Verificamos que essa constância de informação é em alguns casos considerada excessiva, e, em muitos outros, notamos a ausência de conhecimento de assuntos ou acções sobre as quais tinham já sido prestadas várias informações e ou notas de esclarecimento, facto reflector que a informação enviada não chega à grande maioria dos Dirigentes, ficando retida num só Dirigente. Continuamos a notar que um considerável número de Dirigentes não acusa sequer o contacto estabelecido pela Confederação, o que obriga à multiplicação dos contactos, com o correspondente custo das comunicações que, no ano de 2013, foram renegociadas com os operadores de forma a reduzir os custos.

Página (sitio) na Internet

Foi modificada a apresentação e funcionalidade do sítio na Internet, tornando-o mais atractivo, mais simples na consulta e com informação actualizada e acrescida. Por motivos técnicos e alheios à nossa vontade a actualização da página não foi feita no último trimestre do ano, problema que foi já ultrapassado sendo hoje possível a gestão corrente da página por parte dos serviços da Confederação.

Folha Informativa Digital

Iniciámos a edição da Folha Informativa em formato digital, embora com algum atraso relativamente às nossas pretensões, por exclusiva responsabilidade da Direcção. Um contrato de concepção e composição gráfica profissional externa, veio facilitar a saída regular, ficando a responsabilidade dos conteúdos dependente da Direcção.

Redes Sociais

O Facebook, onde atingimos 4.341 amigos e 869 seguidores, constitui-se como um elemento de permanente contacto com o exterior, tendo sido assegurados e actualizados de forma constante os seus conteúdos. Muitas das nossas filiadas, solicitam-nos a divulgação dos seus eventos o que fazemos com frequência, constituindo-se assim mais um serviço estatutário prestado às filiadas que contribui decisivamente para a visibilidade do MAP e das suas actividades.

Comunicação Social

Não foram atingidos os objectivos relativamente aos contactos com os Órgãos de Comunicação Social, não só por dificuldades internas para assegurar os meios específicos para o efeito, como também por escassez de meios financeiros para estabelecimento de parceria facilitadora desses contactos.

Logos e Marcas

Desenvolvemos os processos de registo de marcas como o símbolo dos Jogos Tradicionais e demos início ao processo de constituição da Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais, assegurando que esta marca e registo não serão apropriados por outras entidades.

Deliberações internas

As actas das reuniões da Direcção Nacional foram enviadas a todos os membros dos Órgãos Sociais e Estruturas Descentralizadas e as actas da Direcção Executiva aos Dirigentes que as solicitaram. Desta forma, melhorámos a ligação e o nível de informação entre a Direcção da Confederação, os membros dos órgãos sociais e as estruturas. Consideramos ser este um exemplo de transparência na gestão que deveria ser seguida por todo o movimento associativo.

VI. Estudos e Publicações

No ano de 2013, registaram-se importantes acontecimentos para o nosso movimento associativo no que respeita ao estudo e observação do MAP. A apresentação da Conta Satélite da Economia Social por parte do INE; a publicação do livro sobre Liderança Comunitária; a constituição do Grupo de Estudos do Movimento Associativo Popular (GEMAP); o estudo sobre o Valor Económico do Associativismo no Concelho do Seixal. Destacamos a oferta da Assembleia da República de 460 exemplares de obras editadas por aquela instituição que enriqueceram a nossa Biblioteca, e possibilitou a constituição de uma Biblioteca (80 Livros) na Associação Luso-Indiana Damanense (Índia) nossa Colectividade Elo.

Conta Satélite da Economia Social

Com a apresentação da Conta Satélite no Salão Nobre do INE-Lisboa, em Março de 2013, tivemos a oportunidade de, pela primeira vez na história do nosso movimento, termos sido reconhecidos por uma entidade independente e nacional, como a maior expressão do terceiro sector. Numa sessão que encheu por completo aquela importante instituição, foi possível tomar contacto com dados estatísticos até aí desconhecidos ou conhecidos parcialmente por estudos realizados pela Confederação. Foi sem dúvida um momento de consagração das afirmações que fazíamos há vários anos. Na sessão complementar ao acto eleitoral de 6 de Abril de 2013 no Auditório do Montepio, foi possível ouvir de novo essa afirmação por parte de uma Técnica Superior do INE que dirigiu o estudo da Conta Satélite.

Livro Liderança Associativa

Com a apresentação deste livro no dia 6 de Abril de 2013 no Auditório do Montepio Geral em Lisboa, foi possível vermos respondidas de forma sustentada e científica, algumas das questões que, desde sempre, se colocaram aos dirigentes associativos: o que motiva ser dirigente; que reflexos na família e na vida profissional; o que é ser dirigente de curta, média e

longa duração; ser dirigente associativo é ser líder comunitário, são, entre outros, alguns dos aspectos para os quais hoje temos respostas. Há a acrescentar o facto deste trabalho ter sido resultado de um processo investigação/acção onde participaram dirigentes associativos que assim reforçaram a sua formação académica.

Constituição do GEMAP

Com o decurso do processo eleitoral, surgiu a ideia de criar um grupo de estudos. A ideia foi-se materializando e acabou por incidir sobre um modelo que assenta por um lado na autonomia do grupo de trabalho, mas, por outro lado, no apoio técnico, logístico e financeiro da Confederação. Por ser autónomo, os seus membros não devem ser membros dos órgãos sociais da Confederação. Só assim poderão manter o distanciamento e a ética científicas. Os objectivos, planos e prazos são estabelecidos em conjunto entre o GEMAP e a Direcção que, para o efeito, tem destacado um elemento de ligação. Este grupo de estudos terá a composição que entender e deve ser considerado como um importante instrumento de estudo, crítica, análise e produção teórica sobre o associativismo. Deverá concorrer para a constituição a prazo do Conselho Científico do MAP e da publicação da revista "Análise Associativa".

Estudo sobre o Valor Económico do Associativismo no Concelho do Seixal

Este estudo, patrocinado pela Câmara Municipal do Seixal, conta com a colaboração da ACCSeixal e dos Técnicos do Centro de Recursos Associativos da CMSeixal. Tem por objectivo recensear e estudar os vários subsectores associativos e a sua importância para o tecido económico do concelho. Conta com uma equipa de investigação assente no GEMAP e um dos seus elementos iniciou em 2013 a frequência de uma pós graduação em Economia Social o que poderá ser uma mais-valia quer para o estudo quer para futuras iniciativas.

VII. Dia Nacional das Colectividades - 89º Aniversário

O Dia Nacional das Colectividades, reconhecido pela lei 34/2003 de 22 de Agosto, bem como o aniversário da Confederação que está na origem, constituíram momentos altos da vida associativa por todo o país e mesmo no estrangeiro. As comemorações, como vem sendo hábito, foram descentralizadas por todo o lado, sendo de iniciativa das filiadas e das estruturas e, por iniciativa da Direcção foram centralizadas em Óbidos no dia 1 de Junho, designadas por comemorações nacionais.

Comemorações descentralizadas

As comemorações descentralizadas que se realizaram um pouco por todo o lado, foram inúmeras ao ponto de não haver registo de todas as iniciativas. Desde a simples leitura da Saudação emitida pela Direcção em reuniões de colectividades; eventos culturais, recreativos e desportivos internos das colectividades, eventos conjuntos entre colectividades; eventos promovidos por estruturas, foram variadas as formas de saudar o Dia Nacional das Colectividades os 89 anos da (Con)federação.

No Barreiro, por iniciativa conjunta da ACCBarreiro e da FCSetubal foi comemorado o Dia Nacional com uma Sessão Solene no próprio dia 31 de Maio. Em Almada, por iniciativa da ACCAlmada, foram comemorados os 40 anos da primeira tentativa de estruturação associativa (1973) em Palmela e os 20 anos do Congresso de Almada, conhecido por Congresso da Mudança (1993).

Comemorações Nacionais

As comemorações nacionais, centraram-se em Óbidos onde foram muito bem recebidas quer pela Câmara Municipal que cedeu espaços e meios logísticos, quer pelo movimento associativo local que esteve presente com uma considerável representação, quer com a participação num momento cultural e recreativo de grande qualidade.

Estas comemorações deram particular destaque ao movimento cívico em Defesa de 1% para a Cultura ao qual a Confederação se associou desde o início, tendo mesmo um elemento da Comissão Promotora deste movimento - Pedro Penilo - usado da palavra. Foram galardoados e distinguidos vários dirigentes e associativistas e entidades que ao longo do ano de 2012 tiveram um papel determinante para o associativismo.

A manhã deste dia, foi preenchida por uma mostra de Jogos Tradicionais que reuniu centenas de pessoas de todas as idades, em particular crianças uma vez que se comemorava também o Dia Internacional da Criança e a Vila de Óbidos se encontrava repleta de crianças.

VIII. Sustentabilidade Financeira

Quando nos referimos à sustentabilidade financeira do MAP, referimo-nos às Colectividades, Estruturas e à Confederação que, de resto é um todo indissociável. Este é um sistema que não pode ser visto isoladamente, sob pena de, falhando uma parte, coloca-se em causa o todo associativo. A independência do MAP, depende da sua capacidade de distanciamento de outros interesses que não sejam os associativos mas depende também da sua autonomia financeira, sem pôr em causa a responsabilidade social do Estado, quer seja ao nível local, regional ou nacional. A sustentabilidade está cada vez mais dependente da nossa capacidade de estabelecer parcerias, gerar receitas e de saber gerir os recursos disponíveis.

Considerando os efeitos da economia de escala, somos uma importante parte da economia local, comprovada pelo INE, e contribuintes líquidos do Orçamento de Estado pela via fiscal directa e indirecta. Daí a importância das Associadas fazerem chegar junto da Confederação os seus Relatórios de Contas, a fim de se fazer a estatística e balanço do impacto da actividade do Movimento Associativo na Economia Nacional.

Estrutura de receitas e despesas

No que respeita à Confederação, o ano de 2013 confirmou os três pilares da sustentabilidade financeira: as quotas; os projectos; os serviços estatutários. No que respeita às quotas, temos a considerar que 86% da sua cobrança continua a ser da responsabilidade das estruturas descentralizadas. No que respeita aos 14% que são da responsabilidade directa da Confederação, foram tomadas todas as medidas para a sua regularização. Assim, temos que a Confederação recebeu directamente, das Colectividades sem influência de Estrutura 5.043,41 (12%), com influência de Estrutura 31.512,64 (74%) e recebeu por via das estruturas 5.738,25 (14%).

Campanha especial de regularização para o Congresso

Procurámos com cada uma das estruturas, estabelecer formas de recebimento e de acerto de contas. Infelizmente, algumas das estruturas não receberam ou receberam e não acertaram contas com a Confederação. A Campanha de regularização que terminou em 31 de Março, permitiu o encaixe de 18.573,72 euros. O total recebido durante o ano de 2013 foi 36.555,95 euros. Algumas estruturas continuam a afirmar que o número de filiadas não corresponde mas não informam dos números exactos e não apresentam documentos comprovativos de desistências o que provoca o aumento do valor global da dívida e o afastamento de filiadas.

Para ultrapassar esta situação, por proposta da Direcção, foi aprovado por unanimidade no Conselho Nacional realizado em Almada, no dia 7 de Dezembro, uma Resolução Associativa de lançamento de uma campanha, sendo esta a única do mandato, onde se partilham as responsabilidades e se dão meios e incentivos às estruturas descentralizadas para a regularização da quotização. A verba das quotas será consignada aos pagamentos de salários e funcionamento da Confederação.

Receitas dos Projectos e Serviços Estatutários

No que respeita à Formação e aos Projectos, devemos salientar o peso do Q3 que, pelo seu volume financeiro, constitui 60% da nossa estrutura financeira quer do lado da receita, quer do lado da despesa uma vez que a Confederação praticamente se limita a fazer a gestão dos fundos por não ser entidade certificada para formação e ter que adquirir os serviços a entidades externas. A restante formação e qualificação são responsáveis por 6% das nossas receitas das quais se destacam os protocolos existentes com Câmaras Municipais. O projecto EMA e os Jogos Tradicionais representam, respectivamente, 3,5% e 1% das receitas. O Gabinete de Gestão, Contabilidade e Fiscalidade representa 2% tendo tido um ligeiro acréscimo no último ano.

Medidas de contenção de despesas

No que respeita às despesas, estas foram sistematicamente avaliadas de forma a não haver derrapagens. A posição financeira, os encargos de curto e médio prazo, são avaliados semanalmente pela Direcção Executiva. Foram efectuados controlos trimestrais do orçamento em sede da Direcção Nacional. Apesar de se encerrar o exercício com saldo positivo entre o realizado nas receitas e realizado nas despesas, importa perceber porque é que continuam a existir assimetrias entre o orçamentado e o realizado. Por essa razão, a Direcção apelou a uma maior intervenção do Conselho Fiscal de forma a este poder ajudar a monitorizar as contas da Confederação e a recomendar correcções caso se justifiquem. O Conselho Fiscal poderá igualmente, fazer recomendações às estruturas descentralizadas.

XI. Serviços Técnicos e Administrativos

Não obstante o grande empenhamento e disponibilidade dos membros da Direcção, as solicitações a que a Confederação está permanentemente sujeita, obrigam à existência de um quadro profissionalizado que responda com eficácia às muitas questões que surgem no dia-a-dia. O quadro de funcionários efectivos está estabilizado e não há condições para o seu alargamento. A prioridade da Direcção é manter os postos de trabalho, as condições de remuneração e sociais existentes dos efectivos, sem prejuízo de reforços temporários

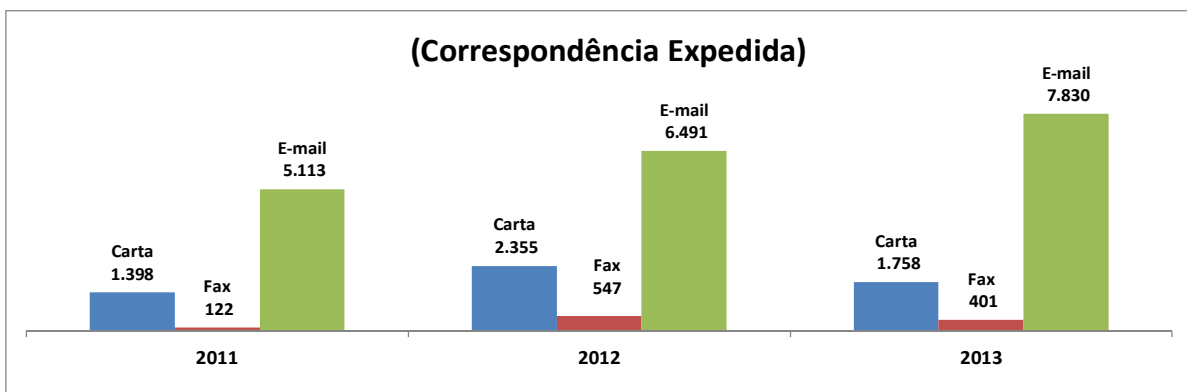
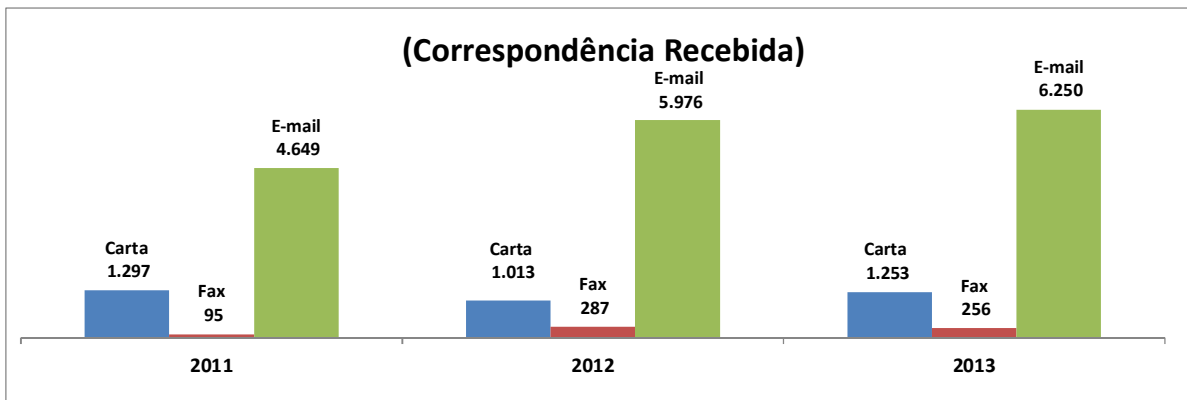
e de acordo com projectos auto financiados. A disponibilidade e o empenhamento das funcionárias administrativas e técnicos avançados, foram decisivos para o alcance dos objectivos e a boa qualidade dos serviços estatutários prestados. No CN de Dezembro, tivemos oportunidade de realçar esta colaboração através da distinção das nossas funcionárias administrativas com 25 e 20 anos de casa, Helena Isabel; Elvira Magusto e Aldina Nunes, respectivamente.

Organização interna, recursos humanos e técnicos

Conforme previsto no Plano de Actividades, e não obstante o continuado aumento de serviço administrativo correspondente ao aumento da actividade, mantivemos o mesmo número de funcionárias, beneficiando porém da integração de duas técnicas em projecto específico, cumulativamente com o regular apoio ao trabalho administrativo. Mantivemos avenças com o Advogado, Técnico Oficial de Contas e Funcionária da Limpeza.

Colmatando uma lacuna que há muito era sentida, foram substituídos os três computadores ao serviço das funcionárias, dotando assim os serviços de uma melhor funcionalidade e em simultâneo reduzir os custos de manutenção e assistência técnica.

A correspondência recebida e enviada pelos serviços foi a que se mostra nos quadros abaixo.



Área de Estatística

Visando a realização de análises e avaliações necessárias para os conhecimentos científicos, tomadas de decisão, e aumentos da representatividade da Confederação em órgãos nacionais, mantivemos e aprofundámos o trabalho para recolha e sistematização de dados das associadas nas seguintes vectores:

- Estrutura de receitas e despesas
- Identificação do género e dos escalões etários dos Corpos Sociais
- Contabilização dos funcionários e colaboradores
- Regime de instalações, bens e património

Área Jurídica

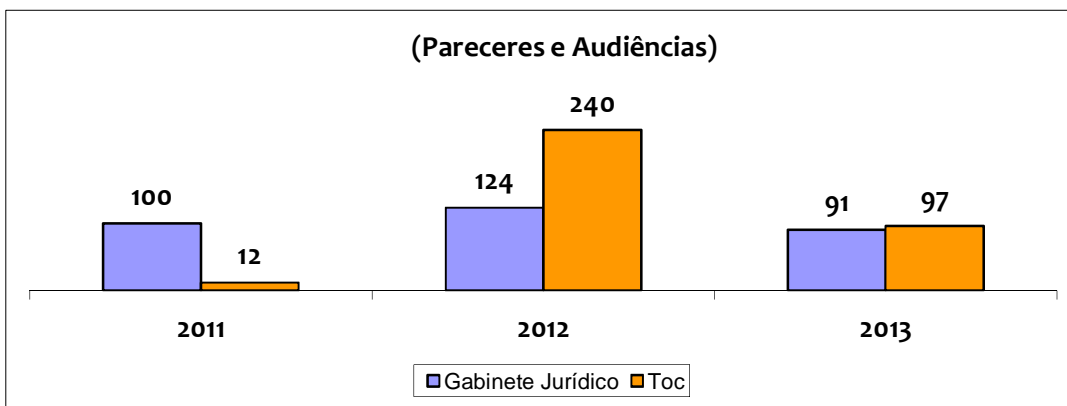
Visando assegurar a informação e o acompanhamento jurídico às filiadas e aos Dirigentes, para enfrentarem as exigências formais, a teia burocrática e legislativa cada vez mais complexa, mantivemos o Gabinete de Apoio Jurídico, procurando aumentar a sua eficácia nos aconselhamentos e esclarecimentos presenciais ou por via informática. Ao longo do ano, foram prestados 91 pareceres e audiências pelo Advogado.

Área de Gestão, Contabilidade e Fiscalidade

A intervenção do Técnico oficial de Contas (TOC) para satisfação de assuntos colocados pelos Dirigentes foi recorrente e proporcional ao aumento de exigências às filiadas, quer na área da Contabilidade quer de Fiscalidade.

De modo presencial ou por via do correio electrónico, foram prestados 97 pareceres pelo TOC. Foi mantido o funcionamento do Gabinete de Gestão, Contabilidade e Fiscalidade com custos muito favoráveis para as filiadas, aumentado o número de aderentes, mas consideramos a necessidade de melhorar o funcionamento do Gabinete para aumento da sua capacidade e rapidez de resposta.

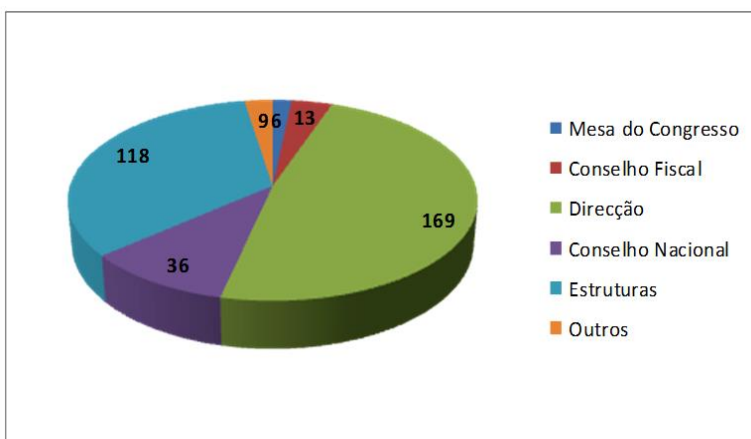
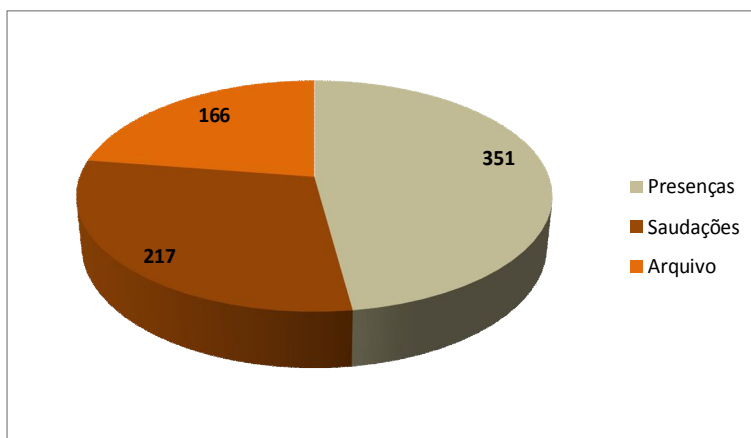
Em cooperação directa com a área de Formação e Qualificação, durante o ano de 2013 foram efectuadas 11 acções de sensibilização sobre Gestão, Contabilidade e Fiscalidade e 6 sessões sobre boas práticas com base no manual digital elaborado pela Confederação com o apoio da ASAE.



Convites e representações

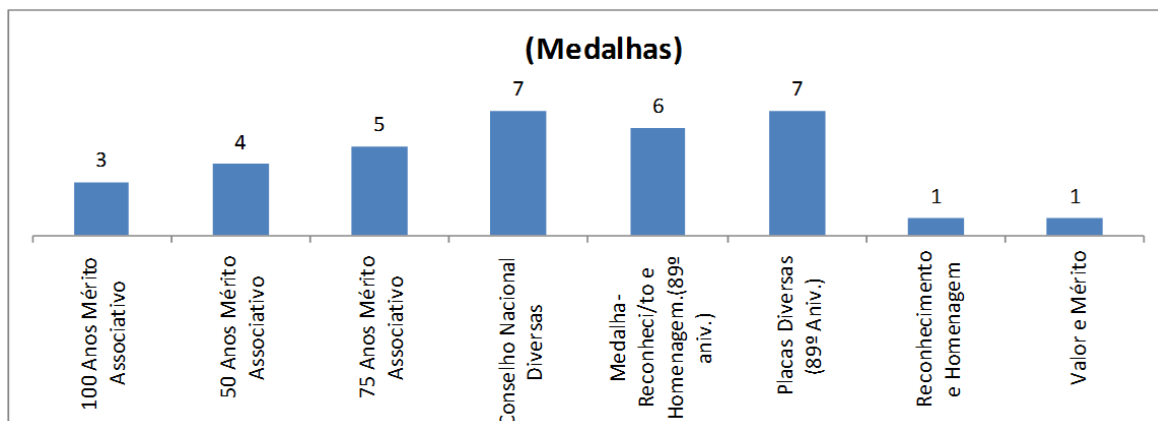
Os convites para representação da Confederação têm inúmeras origens. O maior número é proveniente das nossas filiadas mas, recebemos com regularidade, convites de entidades públicas como as autarquias ou privadas como outras famílias associativas e outras instituições nossas parceiras. A uns e outros procurou-se dar resposta positiva, estando presente ou enviando saudação. A Direcção da Confederação enviou antecipadamente a todas as filiadas a saudação por altura do aniversário, independentemente de ter a quota em dia ou não e nos ter sido enviado convite.

No total, foram recebidos 734 convites que foram respondidos como se apresentam nos gráficos seguinte.



Galardões e Distinções

Conforme previsto no artigo 15.º do RGI, no âmbito do 89.º Aniversário da Confederação, como reconhecimento da actividade associativa, assinalando relevante serviço prestado, ou em datas especiais de aniversário, foram entregues os seguintes Galardões ou Distinções:



Neste registo, sublinhamos a entrega do Galardão Reconhecimento e Homenagem entregue a título póstumo a António Fundevila Moreira, destacado Dirigente da Associação de Colectividades de Vila Nova de Gaia.

IX. Relações Internacionais

Em 2013, ainda na qualidade de membro do Conselheiro Nacional, tivemos um colega em missão internacional na Índia, participando oficialmente, no Dia Mundial de Damão a Convite da Associação Luso Indiana Damanense que assumiu a Missão de Associação Elo na região Damão-Diu. Foi sem dúvida uma excelente janela para a nossa Confederação. Seguiu-se uma visita a Bombaim, hoje Monbay, terminando esta missão em Goa, onde reuniu com sete Associações Portuguesas na residência oficial do Cônsul Geral de Portugal. Na altura, foi feito o convite para Associação Elo em Goa à Associação Vasco da Gama com os seus 107 anos de vida. Nessa reunião associativa, esteve presente Lurdes Bravo, arquivista na Biblioteca de Goa, autor de um trabalho relativo a Sarmento Pimentel, Piloto Aviador do avião "Marão" e que fez a 1ª travessia aérea Lisboa, Damão, Goa.

Com as eleições de 6 de Abril, tornou-se possível que um dos membros da Direcção ficasse responsável pelas relações internacionais o que constitui um importante passo nas relações com as associações de portugueses na diáspora/emigração.

X. Processo Eleitoral

Como estabelecem os Estatutos, no ano de 2013, deviam realizar-se eleições para os órgãos sociais da Confederação. O processo foi desenvolvido de acordo com o calendário aprovado pelo CN, durante os últimos 6 meses de 2012 e primeiro trimestre de 2013, tendo-se concluído com as eleições a 6 de Abril de 2013. Foram feitas reuniões presenciais, recolhidos dados e sugestões por e-mail e apontados alguns objectivos estratégicos para a composição da lista e do programa de acção. Foi sem dúvida um processo que permitiu conhecer melhor alguns dos problemas do MAP e das características e personalidades dos Dirigentes Associativos.

Auscultação colectiva e digital

Foi efectuada uma auscultação presencial tendo-se realizado reuniões com os membros dos Órgãos Sociais e das Estruturas Descentralizadas em Braga/Viana do Castelo; Aveiro/Vila Real/Bragança; Leiria; Portalegre/Évora/Beja; Lisboa/Santarém/Setúbal; Porto. Nestas reuniões participaram cerca de 120 dirigentes que puderam assim fazer o balanço ao mandato, manifestar a sua disponibilidade para continuar ou sair, apresentar nomes de novos dirigentes e apresentar propostas para o Programa de Acção.

Por sugestão de alguns dirigentes que disseram não estar à vontade para colocar as questões colectiva e presencialmente, foi aberta a possibilidade de se pronunciarem por via electrónica o que veio complementar a auscultação.

Ainda neste âmbito, por iniciativa da Direcção da Confederação realizou-se uma reunião com a Federação das Colectividades do Distrito do Porto não obstante esta não integrar a estrutura confederativa.

Resultado da auscultação nacional, a Direcção apresentou uma lista e um Programa de Acção, sustentado numa estratégia de continuidade dinâmica de curto prazo (3 anos), médio prazo (6 anos) e longo prazo (12 anos). Foi também decidido que, no que respeitava aos dirigentes, deveríamos fazer o esforço de rejuvenescer os órgãos através da indicação de dirigentes mais jovens e de mulheres. Em qualquer um dos casos foram dados passos significativos mas ainda assim, ficámos aquém do desejado.

Congresso eleitoral

O calendário eleitoral aprovado pelo CN foi integralmente cumprido, quer nos prazos estatutários e regimentais, quer nos documentos apresentados. O Congresso Eleitoral realizou-se no dia 6 de Abril de 2013 no Auditório do Montepio Geral-Lisboa, tendo sido apresentado o Programa de Acção que foi objecto de apreciação e discussão pelos presentes, apresentada a Conta Satélite da Economia Social por parte da Técnica do INE e feita a apresentação do livro "Liderança Comunitária" pelo coordenador da unidade de investigação do ISPA, enquanto decorria a votação.

Após apurados e afixados os resultados, a Mesa do Congresso deu posse aos novos dirigentes, assegurando assim o funcionamento da Confederação sem quaisquer intervalos. Foi uma experiência que se considera positiva pelo que poderá ser replicada no futuro.

Nota final

Não obstante o ano de 2013 ter sido partilhado por duas composições diferentes de Órgãos Sociais - Janeiro/Março e Abril/Dezembro - a Confederação não teve nenhuma quebra de actividade, garantindo no fundamental todas as responsabilidades transitadas de um mandato para outro. Podemos mesmo afirmar que tivemos um processo de adaptação muito fluido que se traduziu numa continuidade dinâmica.

A relação das actividades com os resultados financeiros do exercício - globais e líquidos - mostram o volume de iniciativas e o rigor da gestão. No que respeita à intervenção directa da Confederação e seus órgãos, podemos afirmar ter sido um ano difícil por circunstâncias externas, mas globalmente positivo.